

Revista de Guimarães

Publicação da Sociedade Martins Sarmento

MONFORTE DO RIO LIVRE.

AMORIM, João Vaz de

Ano: 1947 | Número: 57

Como citar este documento:

AMORIM, João Vaz de, Monforte do Rio Livre. *Revista de Guimarães*, 57 (3-4) Jul.-Dez. 1947, p. 183-190.

Casa de Sarmiento
Centro de Estudos do Património
Universidade do Minho

Largo Martins Sarmento, 51
4800-432 Guimarães

E-mail: geral@csarmiento.uminho.pt

URL: www.csarmiento.uminho.pt



Este trabalho está licenciado com uma Licença Creative Commons
Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional.

<https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/>

Monforte do Rio Livre

Tal o nome por que ainda hoje é conhecida uma região trasmontana, que fica situada no extremo nordeste do distrito de Vila Real e cuja área ou termo se acha, ao presente, sob a jurisdição administrativa dos municípios de Chaves e Valpaços.

Tira este nome de uma praça de armas e antiga vila da Idade-média, que, por mais de seis séculos, foi sede de concelho e vigilante sentinela da pátria, aqui, nestas paragens do Norte e já bem perto de terras da Galiza.

Do antigo agregado populacional, das suas casas de morada e de seus sagrados templos, de seus edifícios públicos ou monumentos modestos, se porventura os teve, nenhuns vestígios ou ruínas deles restam. Todavia, da valorosa fortaleza dionísíaca ainda agora se conservam, a resistirem às inclemências do tempo e às profanações dos homens, trechos das suas fortes e grossas muralhas, e a esbelta e elegante torre de menagem, altaneira e serena, erguida nas cumiadas da serra que domina os vales adjacentes e a graciosa aldeia de Águas Frias.

Enquanto à origem e fundação do Castelo, dispomos da certeza histórica, comprovada por autênticos documentos e firmada pela tradição constante; facto este, porém, que já se não dá relativamente ao povoado que dentro dos muros daquele se abrigava, visto não sabermos de monumentos dignos de fé, que de seus princípios nos falem e que nos dissipem as densas trevas em que anda envolvido o seu longínquo passado. Apenas nos diz uma vaga tradição que ali existira primitivamente um *oppidum*, cidadela ou castro, como tantos outros cujas ruínas ainda hoje se vêem a coroa-

rem as culminâncias das serras desta nossa região do Noroeste.

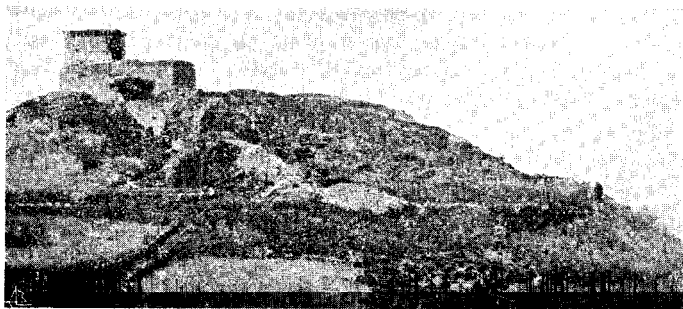
E deveremos dizer que em nada nos repugna aceitar esta tradição acerca de Monforte, não só porque o lugar em que se eleva o Castelo dominava, como ainda domina, extensos campos férteis e úberes, e por isso habitáveis, mas também porque aqui bem perto passava uma dessas vias romanas, que, saindo de Aquae-Flaviae (hoje Chaves), punha em comunicação esta famosa cidade com outros centros importantes da Tarraconense. Desta via, ainda hoje se conservam bastantes vestígios, principalmente nas calçadas do Souto-Bravo e outras cercanias de Monforte, em Bobadela, Vilartão e Quinta de Picões. Em Picões, no leito do rio Rabaçal, ainda existem vestígios da antiga ponte romana, sobre a qual passava a velha estrada, seguindo depois por terras de Lomba e Vinhais, onde passa a fronteira. Pretendem alguns que fosse este o trajecto da via militar, que ligava Bracara Augusta, sede conventual, a Astúrica Augusta (Astorga), por ser este o mais curto entre as duas antigas cidades, o que outros contestam. Por agora, não manifestaremos a nossa opinião sobre este assunto, já tão ventilado entre os arqueólogos; mas prometemos fazê-lo, quando no decorrer destas nossas memórias nos ocuparmos de Vilartão, aldeia que faz parte da freguesia e paróquia de Bouçoais, que foi uma das quatro abadias da circunscrição eclesiástica de Monforte.

Agora prossigamos com a história desta antiga «villa», título este que se tornou honorífico por mercê régia e que, como é sabido, começou a dar-se às sedes concelhias no tempo de D. Affonso III. Até essa época, eram apelidadas «villas» ou «alquerias» as quintas em que viviam os caseiros com suas famílias, para apascentarem os gados, lavrando e cultivando as terras, e recolhendo os seus sazonados frutos *com que deviam responder ao Direito Senhorio*, segundo nos diz Viterbo no seu Elucidário.

E foi também o nosso rei Bolonhês quem deu o primeiro Foral a Monforte do Rio Livre, documento este assinado pelo monarca, na cidade de Lisboa, a 4 de Setembro de 1273, sendo-lhe mais tarde confe-

rido outro por D. Manuel I, em 1 de Junho de 1512, datado de Santarém.

A propósito da parte geográfica do topónimo — *do Rio Livre*, diremos que é opinião de Carvalho da Costa ter esta expressão o seu significado literal, ou seja *livre de rio*, ou *sem rio*. Outros porém não admitem esta opinião e afirmam que a forma *Rio Livre* se refere a um privilégio que tiveram os habitantes e moradores desta região, qual era o de poderem pescar livremente, e durante todo o ano, nas águas do Rabaçal e usarem delas da mesma maneira para regas e moendas de pão. A esta liberdade, uso e costume,



O Castelo de Monforte do Rio Livre

refere-se o oratoriano Luís Cardoso, quando, no seu *Diccionario Geografico ou Noticia Historica*, nos faz a descrição de Bouçoais e freguesia, no tomo II, a páginas 238 e 239 da edição de 1751.

Também não é verdadeiro o motivo que o primeiro alega, porquanto as terras desse antigo município, que actualmente pertencem aos concelhos de Chaves e Valpaços, não estão isentas de rios ou artérias fluviais: têm o rio Calvo e outro cursos de água e, além disso, as suas terras são também banhadas pelas águas do Monte, e depois pelas do Rabaçal, numa extensão superior a 15 quilómetros, ou seja desde os limites da povoação de Roriz até aos de Barreiros e Gorgoço. Mas, sem darmos preferência a uma ou outra destas opiniões, diremos apenas que esta parte da locução nos serve para distinguirmos a

nossa antiga vila, e hoje região, de outras que têm o mesmo nome, ou sejam elas — Monforte, capital de um concelho do distrito de Portalegre, e Monforte, aldeia e sede de freguesia do distrito de Castelo Branco.

Dentro das espessas muralhas da nossa medieval praça de armas, no presente já muito arruinadas, existiam a antiga casa da câmara, cadeia, igreja matriz da paróquia com a sua residência, o pelourinho, a capela da Senhora do Prado, onde anualmente se fazia uma grande romaria, e outros edifícios urbanos, modestos, que abrigavam um núcleo demográfico bastante reduzido, população essa que no ano de 1757 ocupava apenas catorze fogos.

O seu Castelo, que fazia parte dessa linha de fortificações destinada à defesa da fronteira norte do país, foi mandado construir por el-rei D. Dinis, cantado pelo nosso épico nestas estrofes:

Nobres vilas de novo edificou,
Fortalezas, castelos mui seguros,
E quase o reino todo reformou
Com edificios grandes e altos muros.

(Lus., III, 98).

Seriam começadas as obras da praça de armas de Monforte já no reinado de Afonso III, como se deu com a praça de Chaves? Bem pode ser que tal sucedesse, não ousando entretanto nós afirmá-lo, visto para isso não conhecermos documentos que comprovem seguramente o facto.

Também pretendem alguns que ele fosse construído com o material de um outro castelo romano, que anteriormente ali existira. Deveremos dizer que, embora tal se desse, pequena porção seria utilizada, tendo-se em conta a natureza do material que os romanos costumavam empregar nas suas fortificações militares, tão inconfundivelmente características.

A traça geral, a feição predominante e regular dos silhares, as suas linhas architectónicas, etc., inculcam-nos o estilo da época dionisiaca, uma obra mais ou menos coeva do Castelo de Chaves, porventura dirigida até pelo mesmo *Paaceiro-mór*, nome este com

que então se designava o inspector, vedor ou provedor de obras públicas. «Este officio, diz-nos Viterbo no seu Elucidário (Vol. II, pág. 193), era por conta da Real Corôa e principiou com o Reino, e no tempo de D. Dinis foi exercido por Lourenço Escolla. Era cargo dos Condes de Soure».

Entre os magnates e homens illustres que, em tempos afastados, visitaram esta praça de armas de Monforte, contam-se, além de outros, D. Nuno Alvares Pereira, em 1385, e antes (em 1304, a 8 de Junho) D. Martinho, arcebispo de Braga, conforme consta de um documento deste prelado, por ele datado e assinado naquela vila.

A Monforte do Rio Livre foi dada Carta de Couto por D. João I, em 10 de Outubro de 1420, a pedido do alcaide Alvaro Gonçalves de Ataíde, sendo mais tarde doada por D. Afonso V, em 12 de Fevereiro de 1462, ao Conde de Atouguia, D. Martinho de Ataíde, juntamente com Vinhais, Vilar-Seco de Lomba e Vale-Paço. Mas, para melhor comprehendermos a natureza do privilégio concedido a Monforte por D. João I, Mestre de Aviz, convém saber o que fosse *coutar* uma terra. Tal graça consistia em isentar ou escusar os seus habitantes do serviço militar, *de hoste e de fossado*, dos outros serviços pessoais e públicos, dos tributos pecuniários ou em géneros, directos ou indirectos (*de fôro*), e, por fim, das multas applicadas ao fisco *e de toda a peita*. Se a esta isenção de encargos se juntasse o direito jurisdiccional e a negação da entrada na terra aos officiais régios, obter-se-ia nesse caso a soma de todos os privilégios dos coutos. E esses privilégios eram geralmente concedidos na sua plenitude aos concelhos que, como o de Monforte do Rio Livre, se encontravam nas raias ou fronteiras de terras espanholas.

Em 1483, D. João II ordenou que esta vila, e talvez todo o concelho, fosse asilo de homiziados, facto este que prova a sua falta de habitantes; e, nesse mesmo ano, com outros privilégios, volta a ser este confirmado, o que mais tarde também é feito por el-rei D. Manuel, mas desta vez a pedido da Câmara do município, do Clero e da sua Nobreza.

Foi também em 1483, e no mesmo reinado do

Príncipe Perfeito, que este Castelo de Rio Livre foi fortificado; e, quase dois séculos depois, ou fosse por ocasião das guerras da Restauração (1640-1668), o patriotismo do clero português levou-o a contribuir com largos donativos para a reedificação dos muros desta praça de armas, da de Vinhais e de outras, inferindo-se de tal facto quanto esta fortaleza obrou, com o denodo e esforço de seus soldados, para garantir a independência de Portugal.

Enquanto, por séculos, o Castelo de Monforte conservou a sua importância militar, teve e conservou o seu alcaide-mor. Mas, após os meados do século XVIII, essa importância começa a declinar, e de tal maneira que, por ocasião da segunda invasão francesa (1809), já de pouco ou nada se fala dessa praça de armas. A queda do seu prestígio militar seguiu-se também a decadência do poder civil. Em 1863, o Castelo ainda tinha governador e uns poucos de veteranos; mas a sede do município já tinha sido trasladada para Lebução em 1836, onde, em 1839, vemos como administrador do concelho João Baptista de Morais Soares, nessa época o representante da ilustre Casa dos Morgados de Vilartão, político liberal e que muito deveria ter contribuído para a transferência da sede municipal. Por fim, em 31 de Dezembro de 1853, é extinto este concelho, e as suas freguesias divididas por Chaves e Valpaços, conforme actualmente se encontram. O seu pelourinho acha-se em Vilar de Izeu, povoação da freguesia de Oucidres.

Quando tratarmos da monografia desta freguesia, voltaremos a falar deste monumento e dos motivos que determinaram a sua ida para aquela aldeia.

A antiga vila de Monforte do Rio Livre também teve o seu brasão de armas que, actualmente, se acha, juntamente com o de Carrzedo de Montenegro, em uma das salas da Câmara de Valpaços. E a propósito diremos que, no de Rio Livre, aquele braço a romper do cimo da torre nos parece accessório dispensável: bastaria, como símbolo falante, o monte coroadado pelo Castelo — *Mons fortis*.

Além dos arquivos da Torre do Tombo, referem-se às antiguidades de Monforte o oratoriano Luís Cardoso, Carvalho da Costa, Gama Barros, Abade de

Baçal, General Ribeiro de Carvalho e, decerto, outros cujos trabalhos desconhecemos.

Temos em nosso poder a cópia de um *Mapa da existente população do antigo concelho e vila em 1796*, mapa que nos foi fornecido pelo Sr. Dr. Francisco de Barros, nosso ilustre conterrâneo e muito erudito investigador. Por ele se vê que, nessa época, tinha Monforte do Rio Livre:

Fogos	2.745
Almas	7.191
Homens	3.504
Mulheres	3.687
Eclesiásticos seculares	62
Pessoas sem ocupação	185
Negociantes	4
Cirurgiões	12
Barbeiros	17
Boticários	3
Lavradores	1.447
Jornaleiros	264
Alfaiates	81
Sapateiros	35
Carpinteiros	49
Pedreiros	2
Ferreiros	20
Ferradores	3
Moleiros	7
Almocreves	10
Soqueiros	48
Pastores	48
Criados	80
Criadas	74

No presente, esta região de Monforte tem progredido bastante e tem algumas povoações de importância, como Santa Valha, Lebução, Aguas Frias, Mairós e algumas outras de que nos ocuparemos no decorrer destes nossos trabalhos sobre etnografia, e estudos acerca de história e pré-história.

Dos edifícios urbanos da antiga vila medieval, nada hoje resta. No alto de Monforte, sobranceiro à graciosa aldeia de Aguas Frias, da velha fortaleza ou Castelo apenas se vêem as desmanteladas muralhas e a esbelta torre de menagem, monumentos estes cobertos pela pátina dos séculos, que ali, naquelas cumeadas, esquecidos e menosprezados, ainda con-

tinuam a atestar-nos um passado cheio de glória, e a falarem eloquentemente à alma portuguesa de tantos e tantos heróis, que muito enalteceram e aureolaram o bendito nome de Portugal.

Bom seria que esta velha praça de armas merecesse a atenção dos poderes públicos e que, ao menos, se fizesse por conservar a torre de menagem. Como dissemos já, está ali a recordar-nos o valor da raça e, principalmente, a memória luminosa daquele monarca, que muito trabalhou e se esforçou para a consolidação da nossa nacionalidade. Canta-o o grande poeta António Ferreira, no seu *Poema Lusitano* (liv. 1.º, a pág. 200) nestas sublimes estrofes:

Quem é este de insígnias diferentes,
Cetro e picão, e jivro, e espada, e arado?
Este foi paz de reis e amor das gentes,
Grande Dinis, rei nunca assás louvado.

Outros foram nua só coisa excelentes,
Este com todas nobreceu seu estado
Regeu, edificou, lavrou, venceu,
Honrou as Musas, poetou e leu...

JOÃO VAZ D'AMORIM.